

Guia do Setor e Oleoduto

Alteração da utilização dos solos



Módulo de
alteração da utilização dos solos

Guia do Setor e Oleoduto

Reforço e expansão do Observatório Regional da
Amazônia (ORA) nas áreas das alterações climáticas,
florestas e biodiversidade das alterações climáticas.





Conteúdo

Introdução	05
Objetivo do guia	06
Introdução ao financiamento da luta contra as alterações climáticas	07
Conceptualização das alterações climáticas	08
Critérios de investimento e tipos de projectos no sector da alteração do uso do solo	10
Uso do Oleoduto	17
Resultados consolidados	
Etapas a seguir para a implementação do oleoduto	
Conclusões	26
Bibliografia	27
ANEXO 1. Instituições multilaterais de financiamento do clima	29

Glossário

GEI	Gases com efeito de estufa
COP	Conferência das Partes
COP21	Vigésima primeira conferência das partes
CAF	Corporação Andina de Fomento
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
NDC	Contribuições determinadas a nível nacional
AP	Acordo de Paris
PNA	Plano Nacional de Adaptação
ONU	Nações Unidas

Introdução

O setor de mudança do uso da terra é o maior emissor de GEE na região amazônica.

Devido à sua importância e relevância, projetos que busquem evitar o desmatamento são essenciais para mitigar as mudanças climáticas, conservar a biodiversidade, garantir a segurança alimentar e promover o bem-estar das comunidades locais. Para isso, é necessária uma abordagem abrangente que combine políticas eficazes, práticas sustentáveis e a participação de todas as partes interessadas.

As principais razões para evitar a desflorestação incluem:

- **Conservação da biodiversidade:**

A Amazônia é um dos ecossistemas mais diversificados do mundo, albergando uma imensa variedade de espécies de plantas, animais e insectos. A desflorestação ameaça a sobrevivência de muitas destas espécies, algumas das quais se encontram ameaçadas, que podem ser únicas e endémicas na região.
 - **Ciclo da água:**

A Amazônia desempenha um papel vital no ciclo regional e global da água. As árvores e plantas da floresta amazônica absorvem grandes quantidades de água do solo e libertam vapor de água para a atmosfera através da transpiração. Este processo ajuda para manter o equilíbrio do clima regional e gerar precipitação que beneficie as regiões circundantes.
 - **Regulação do clima:**

A Amazônia actua como um sumidouro de carbono, absorvendo dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera através da fotossíntese. A desflorestação interrompe este processo e liberta grandes quantidades de CO₂ armazenado nas árvores e o solo. Este facto contribui significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global.
 - **Sustentabilidade e segurança alimentar:**

A Amazônia fornece recursos naturais vitais para as comunidades locais, tais como alimentos, medicamentos e materiais alimentares construção. A desflorestação ameaça a capacidade da região para manter estes recursos a longo prazo, afectando a segurança alimentar e o bem-estar das pessoas que deles dependem.
 - **Alterações climáticas:**

A desflorestação contribui diretamente para as alterações climáticas ao libertar o CO₂ armazenado nas árvores e no solo. Além disso, a degradação florestal e a desflorestação contribuem diretamente para as alterações climáticas ao libertarem o CO₂ armazenado nas árvores e no solo a alteração dos ciclos hidrológicos pode ter impactos significativos nos padrões climáticos regionais e globais, afectando milhões de pessoas em todo o mundo.
- Para enfrentar estes desafios, é crucial adotar uma mudança de paradigma no sentido de uma gestão sustentável das florestas amazônicas. Isto implica a promoção de práticas florestais responsáveis que incluam a conservação, recuperação e proteção dos ecossistemas florestais.

Objetivo do guia

Este guia tem como objetivo avaliar a ligação e o impacto das ideias de projeto ou dos projectos em relação aos critérios de avaliação utilizados pelas entidades ou agências que procuram financiar projectos climáticos.

Este guia setorial sobre florestas e utilização dos solos visa ajudar os sectores vulneráveis na sua transição para uma utilização mais sustentável das florestas e dos solos desenvolvimento resiliente às alterações climáticas e com baixas emissões de carbono. O desenvolvimento resiliente às alterações climáticas¹ refere-se à capacidade das comunidades e dos ecossistemas para se adaptarem e recuperarem dos efeitos adversos das alterações climáticas, minimizando as vulnerabilidades e maximizando as capacidades de resposta e recuperação. Emissões reduzidas de carbono² refere-se a actividades e práticas que produzem significativamente menos emissões de gases com efeito de estufa em comparação com as práticas convencionais, contribuindo assim para a atenuação das alterações climáticas. Devido à importância e relevância da Amazônia para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, este guia visa orientar a elaboração de propostas no setor de Mudança do Uso da Terra, contribuindo para evitar o desmatamento, conservar a biodiversidade e promover a sustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades locais.

Os bancos multilaterais de desenvolvimento e outras instituições financeiras internacionais desempenham um papel fundamental no financiamento de projectos relacionados com as alterações climáticas. Fornecem os recursos financeiros e técnicos necessários para implementar iniciativas que visam reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, promover práticas sustentáveis e aumentar a resiliência das comunidades e dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas. O seu apoio é crucial para alcançar os objectivos estabelecidos em acordos globais, como a Convenção-Tabela das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e o Acordo de Paris.

Os projectos florestais e de ordenamento do território têm potencial para contribuir significativamente para os objectivos de atenuação e adaptação às alterações climáticas. No âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e de outros acordos mundiais para controlar a desflorestação e a seca, estes projectos visam promover a gestão sustentável dos recursos naturais, reduzir a degradação dos solos e proteger a biodiversidade. A execução eficaz destes projectos pode ajudar a evitar a desflorestação, melhorar a capacidade dos ecossistemas para absorver carbono e aumentar a capacidade de resistência das comunidades locais às alterações climáticas adversas.

1. Definida como a capacidade das comunidades e dos ecossistemas para se adaptarem e recuperarem dos efeitos adversos das alterações climáticas, minimizando as vulnerabilidades e maximizando as capacidades de resposta e recuperação (IPCC, 2014).

2. Refere-se a actividades e práticas que produzem significativamente menos emissões de gases com efeito de estufa em comparação com as práticas convencionais, contribuindo assim para a mitigação das alterações climáticas (IPCC, 2014; UNFCCC, 2015).

Introdução ao financiamento da luta contra as alterações climáticas

O financiamento da luta contra as alterações climáticas refere-se ao apoio financeiro à luta contra as alterações climáticas.

A Convenção-Tabela das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUMC) define o financiamento climático como o apoio financeiro a medidas destinadas a evitar ou reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (“atenuação”) e a medidas de adaptação ao aquecimento global (“adaptação”). Refere-se principalmente aos fundos que os países industrializados disponibilizam aos países em desenvolvimento.

Num sentido mais lato, o termo inclui também todos os fluxos financeiros para a ação climática, quer se trate de investimentos privados ou de fundos públicos, independentemente da origem e do local de utilização dos fundos. Recentemente, o termo foi também alargado de modo a incluir meios financeiros para fazer face ou compensar danos e perdas inevitáveis resultantes das alterações climáticas. Nesta aceção, o financiamento da luta contra as alterações climáticas engloba os três pilares de ação do Acordo de Paris: atenuação, adaptação e perdas e danos.

O financiamento da luta contra as alterações climáticas destina-se a ajudar a alcançar os objectivos do Acordo de Paris, incluindo o objetivo de limitar o aquecimento global a menos de 2°C ou, de preferência, a não mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Procura também reafectar fundos para um desenvolvimento com baixas emissões de carbono e resistente às alterações climáticas.

Em geral, este tipo de financiamento é canalizado através dos actuais canais de cooperação bilateral para o desenvolvimento. Além disso, existem vários fundos multilaterais para o clima, como o Green Climate Fund e o Fundo Mundial para o Ambiente, que são financiados principalmente por contribuições dos países industrializados.

Os bancos multilaterais de desenvolvimento também financiam programas climáticos nos países em desenvolvimento. Há também uma série de iniciativas, instituições e fundos destinados a atrair o investimento privado em países com recursos limitados.

Conceptualização das alterações climáticas

Ao responder às perguntas: o que são as alterações climáticas; o que são a mitigação e a adaptação; o que é o financiamento climático; o que é o Acordo de Paris; o que é a ação climática; e quem são os financiadores do clima, compreenderemos a importância e a relevância do tema para as populações vulneráveis que habitam a Amazónia e para o planeta que todos habitamos.

- **Alterações climáticas:**

De acordo com a Convenção-Tabela das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUMC), as alterações climáticas referem-se a uma mudança no clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se acrescenta à variabilidade climática natural observada durante períodos de tempo comparáveis (UNFCCC, 1992). O IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas) define as alterações climáticas como qualquer alteração do clima ao longo do tempo, quer devido à variabilidade natural, quer como resultado da atividade humana (IPCC, 2021).

- **Mitigação:**

A CQNUMC define a mitigação como a aplicação de políticas e ações destinadas a reduzir as emissões de fontes ou a aumentar os sumidouros de gases e compostos com efeito de estufa. Este processo inclui tanto a redução das emissões como o aumento da remoção destes gases (UNFCCC, 1992). De acordo com o IPCC, a mitigação das alterações climáticas refere-se a intervenções humanas para reduzir as fontes ou aumentar os sumidouros de gases com efeito de estufa (IPCC, 2021).

- **Adaptação:**

A adaptação, de acordo com a CQNUMC, envolve ajustamentos nos sistemas humanos ou naturais em resposta a estímulos climáticos projectados ou reais ou aos seus efeitos. Estas medidas podem moderar os danos ou aproveitar os benefícios das alterações climáticas (UNFCCC, 1992). O IPCC define a adaptação como o processo de ajustamento ao clima atual ou previsto e aos seus efeitos. Nos sistemas humanos, a adaptação tem como objetivo moderar ou evitar danos ou explorar oportunidades benéficas. Nos sistemas naturais, a intervenção humana pode facilitar o ajustamento ao clima previsto e aos seus efeitos (IPCC, 2021).

- **Degradação e desertificação:**

Nos termos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a desertificação é definida como a degradação dos solos em zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante de vários factores, incluindo variações climáticas e actividades humanas. A degradação inclui a perda de produtividade do solo devido à erosão, à salinização e à perda de cobertura vegetal (UNCCD, 1994).

- **Financiamento climático:**

De acordo com a CQNUMC, o financiamento climático refere-se a recursos financeiros que visam apoiar acções para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar os sumidouros de carbono, reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos das alterações climáticas (UNFCCC, 2011). O IPCC descreve o financiamento climático como fundos que visam apoiar acções de atenuação e adaptação às alterações climáticas (IPCC, 2021).

- **Acordo de Paris:**

O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas. Adotado por 196 Partes na COP21 em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e em vigor desde 4 de novembro de 2016, visa limitar o aquecimento global a menos de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, de preferência 1,5 graus. Para atingir este objetivo, os países devem atingir o pico das emissões de gases com efeito de estufa o mais rapidamente possível, a fim de alcançar um planeta com impacto neutro no clima até meados do século (UNFCCC, 2015).

- **Ação climática:**

Qualquer política, medida ou programa destinado a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a aumentar a resiliência às alterações climáticas ou a apoiar e financiar acções relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris, os Contributos Determinados a Nível Nacional (NDC) e o Protocolo de Quioto e outras iniciativas conexas (UNFCCC, 2015).

- **Financiadores do clima:**

Entidades ou instituições financeiras que canalizam recursos financeiros para apoiar acções relacionadas com as alterações climáticas. Inclui tanto investimentos privados como fundos públicos destinados à mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, à adaptação aos impactos das alterações climáticas e à compensação de perdas e danos associados a estes fenómenos. O financiamento climático engloba os três pilares de ação definidos no Acordo de Paris: mitigação, adaptação e perdas e danos (UNFCCC, 2015).



Critérios de investimento e tipos de projectos no sector da alteração do uso do solo

Evitar a desflorestação e a degradação florestal é uma prioridade. A adoção e manutenção de sistemas agro-florestais e silvo-pastoris, a reflorestação e a recuperação de turfeiras nas florestas tropicais desempenham um papel crucial nas abordagens baseadas nos ecossistemas e são altamente vulneráveis às alterações climáticas.

Os projectos florestais e de utilização dos solos oferecem a possibilidade de melhorar o bem-estar e os meios de subsistência das populações indígenas, tendo devidamente em conta as suas necessidades e costumes.

Os principais critérios de investimento utilizados são apresentados no Tabela 01.

Tabela 01: Principais critérios de investimento para o sector da alteração do uso do solo

Critérios de investimento	Objectivos visados pelo critério
Impacto de potência	Acções, actividades projectos que atenuam (reduzem as emissões) e facilitam a adaptação às alterações climáticas.
Potencial de mudança de paradigma	Acções, actividades e projectos de desenvolvimento com baixas emissões e resilientes às alterações climáticas. Inovadores e que utilizam novas práticas. Que têm um impacto nas políticas públicas.
Potencial de desenvolvimento sustentável	Acções, actividades e projectos que geram benefícios ambientais, económicos, sociais e de igualdade de género. Para além de serem sustentáveis a longo prazo.
Necessidades dos beneficiários	Acções, actividades e projectos que criam oportunidades para comunidades e grupos vulneráveis, estão alinhados com as políticas nacionais, os programas nacionais, os planos nacionais de adaptação e estão em conformidade com a CNUCD.
Envolvimento nacional	Procura-se a participação de todos os intervenientes relevantes na ação, atividade ou projeto.
Eficiência e eficácia	Ser eficiente na utilização dos recursos.

Fuente: Elaboración propia con información del Green Climate Fund



O setor de mudança de uso da terra é o principal emissor de gases de efeito estufa na Amazônia, portanto qualquer projeto que mitigue, facilite a adaptação, envolva as comunidades indígenas e atores relevantes é de fundamental importância, entre eles podemos indicar:

- **Reflorestação e recuperação de ecossistemas:**

Implementar projectos de reflorestação em áreas degradadas ou desmatadas, utilizando espécies nativas e promovendo a participação das comunidades locais, incluindo as comunidades indígenas. Estes projectos podem ajudar a sequestrar carbono, restaurar a biodiversidade e melhorar a resiliência dos ecossistemas às alterações climáticas, gerando sinergias entre a atenuação e a adaptação, melhorando a conservação dos solos e promovendo meios de subsistência sustentáveis que aliviem a pressão sobre as florestas naturais (por exemplo, plantações florestais para a recuperação de florestas e regeneração natural assistida).

- **Sistemas agroflorestais e agroecológicos:**

Promover práticas agroflorestais e silvopastoris que integrem as árvores nos sistemas agrícolas, proporcionando benefícios ambientais e socioeconómicos. Estes sistemas podem ajudar a reduzir a erosão dos solos, melhorar a qualidade da água, aumentar a biodiversidade e a resiliência dos sistemas agrícolas e proporcionar fontes adicionais de rendimento às comunidades locais, incluindo as comunidades indígenas (por exemplo, agricultura e pecuária regenerativas para conservar a terra, o solo e a biodiversidade através do reforço dos serviços ecossistémicos).

- **Restauração de zonas húmidas e mangais:**

Restaurar e proteger as zonas húmidas e os mangais, que são ecossistemas altamente eficazes na captura e armazenamento de carbono, bem como na proteção contra inundações e tempestades. Estes projectos podem beneficiar às comunidades locais, melhorando a disponibilidade dos recursos naturais e a proteção contra as catástrofes naturais.

- **Práticas sustentáveis de gestão dos solos:**

Promover práticas sustentáveis de gestão dos solos, como a agricultura de conservação, a gestão das pastagens e a recuperação de solos degradados. Estas práticas podem melhorar a fertilidade do solo, aumentar o sequestro de carbono, reduzir a erosão e melhorar a resiliência dos sistemas agrícolas, beneficiando as comunidades locais, incluindo as comunidades indígenas que dependem da terra para a sua subsistência.

- **Programas de formação e de reforço das capacidades:**

Desenvolver programas de formação e de reforço das capacidades das comunidades locais, incluindo as comunidades indígenas, sobre questões relacionadas com a atenuação e adaptação às alterações climáticas, a gestão sustentável dos recursos naturais e a participação em projectos de alteração da utilização dos solos.

- **Ecoeficiência:**

A ecoeficiência nestes projectos envolve a maximização da produção agrícola utilizando o mínimo de recursos possível sem comprometer a qualidade ou a quantidade dos produtos. Isto é conseguido através de práticas como a rotação de culturas, a utilização eficiente da água através de tecnologias de irrigação, conservação do solo com técnicas para evitar a erosão e otimização da utilização de energia. Além disso, a seleção de espécies agrícolas mais adequadas ao clima e ao solo da área de intervenção também contribui para reduzir a pressão sobre os recursos e melhorar a sustentabilidade do projeto.

Tabela 02. Tipos de projectos e intervenções para o sector das alterações do uso do solo

Tipos de projectos	Tipo de intervenção
Proteção	<p>O elemento com maior potencial de atenuação na área do MAS é a proteção (por exemplo, a redução das emissões resultantes da conversão dos solos). Quanto mais cedo estas emissões forem eliminadas, maior será o benefício de atenuação, porque, em grande medida, qualquer possibilidade de captura e armazenamento de carbono se perde quando os ecossistemas se perdem. Alguns ecossistemas ricos em carbono (florestas, zonas húmidas, turfeiras, mangais) contêm “carbono irrecuperável”³ que é libertado após a conversão da terra e não há forma de o recuperar à taxa necessária (Goldstein et al., 2020), e as oportunidades mais eficazes para a proteção e recuperação dos ecossistemas estão a desaparecer (Anderson et al., 2019; IPCC, 2019).</p>
Restauração	<p>O segundo elemento com capacidade para gerar impacto é a restauração. A fragmentação e a degradação contínuas das florestas primárias, bem como a sua maior exposição à perda e à degradação, são um problema premente que afecta nos objectivos de biodiversidade e de alterações climáticas (IPCC, 2019).</p> <p>A restauração de ecossistemas degradados e a reflorestação de áreas desmatadas oferecem, portanto, um potencial de mitigação significativo que aumenta nas próximas décadas.</p>
Gestão sustentável das terras	<p>A gestão sustentável das terras engloba uma vasta gama de intervenções de gestão dos ecossistemas, seja em ambientes predominantemente naturais ou geridos. Nos ecossistemas predominantemente naturais, isto pode ser feito através de processos como o reconhecimento da necessidade de um apoio comunitário alargado para manter ou melhorar a gestão da conservação das florestas primárias ou de outras paisagens naturais. Nos ecossistemas predominantemente geridos, a gestão sustentável pode ocorrer através da regeneração de sistemas agrícolas baseados em sistemas agro-florestais e silvopastoris, e da agricultura regenerativa (lavoura reduzida, manutenção do coberto vegetal, rotações reduzidas, etc.), a fim de aumentar o carbono e a fertilidade do solo e a biodiversidade.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Critérios de investimento.

Os critérios de investimento procuram gerar fortes oportunidades de atenuação e adaptação às alterações climáticas com medidas que aumentem a resiliência dos ecossistemas florestais através do seguinte

- **Proteção:** Conservar o coberto florestal natural e os ecossistemas associados, protegendo as reservas florestais existentes. Com o desaparecimento de uma floresta, perde-se qualquer capacidade de capturar e armazenar carbono, pelo que quanto mais cedo forem eliminadas as emissões resultantes da conversão de terras, maior será o benefício da atenuação. A proteção das florestas consiste em combater as causas da desflorestação a montante da cadeia de produção, como a eliminação da desflorestação nas cadeias de abastecimento agrícola.
- **Restauração:** Restaurar florestas degradadas e outras terras degradadas, a fim de as transformar em ambientes saudáveis e resistentes. A reparação de acções passadas que danificaram os ambientes através da restauração de terras degradadas e da reflorestação de áreas desmatadas oferece um potencial de atenuação significativo através do sequestro de carbono.
- **Gestão sustentável:** gerir de forma sustentável paisagens florestais produtivas em benefício das pessoas e do ambiente, adoptando práticas resistentes ao clima, melhorando a gestão sem prejudicar a produtividade económica. Quaisquer actividades de gestão sustentável, em especial as relacionadas com os ODS 12, 13 e 15, que oferecem oportunidades substanciais de adaptação.

Tabela 03. Critérios aplicáveis ao sector das alterações do uso do solo

Critérios de investimento	Impactos
<p>Impacto</p> <p>Impactos prováveis e mensuráveis. Como é que as acções de atenuação resultam em vias de desenvolvimento sustentável com baixas emissões e as acções de adaptação aumentam a resiliência?</p> <p>Que acções de protecção, recuperação e gestão sustentável irão conservar, recuperar e gerir o coberto florestal natural e os ecossistemas associados?</p>	<p>Atenuação: Toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂eq) reduzidas ou evitadas; emissões evitadas d a desflorestação e da degradação florestal e aumento do sequestro de carbono medido através de sumidouros de carbono em florestas naturais; área florestal sob gestão sustentável com certificação FSC como possível indicador; melhorias na gestão dos solos ou das áreas florestais.</p> <p>Adaptação: Aumento da capacidade de resistência das comunidades dependentes da floresta aos efeitos das alterações climáticas, como os incêndios, as secas e as chuvas fortes. Isto inclui: (1) o aumento da resiliência e a melhoria dos meios de subsistência das pessoas, comunidades e regiões mais vulneráveis, utilizando uma abordagem sensível ao género; (2) a melhoria da saúde, do bem-estar e da segurança alimentar; e (3) o aumento da resiliência dos ecossistemas e serviços ecossistémicos ameaçados, incluindo os ecossistemas ribeirinhos e costeiros.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Tabela 03. Critérios aplicáveis ao sector das alterações do uso do solo

Criterio de Inversión	Impactos
<p>Cambio de paradigma</p> <p>Como garantir que os impactos se mantêm e podem ser ampliados?</p> <p>Potencial de partilha de conhecimentos, aprendizagem e replicabilidade?</p> <p>Criação de novos mercados?</p>	<p>Novas práticas, modelos de conservação, abordagens de restauração, inovações que estão prontas para a expansão horizontal ou vertical (aumento de escala).</p> <p>Abordagens paisagísticas, transversais ou intersectoriais que proporcionem soluções integradas para combater as causas da desflorestação.</p> <p>Elevado potencial de reprodução da abordagem (por exemplo, zonas protegidas) ou de exportação dos principais elementos estruturais do programa proposto para outras regiões ou países. Acesso a novas tecnologias e a dados de base científica que possam orientar a monitorização dos impactos das alterações climáticas na saúde e na dinâmica das florestas, na biodiversidade e nos ecossistemas (potencial de conhecimento e aprendizagem).</p> <p>Contribuição para o desenvolvimento e a transformação do mercado (por exemplo, cadeias de abastecimento sem desflorestação); contribuição para o reforço dos tabelas regulamentares, das políticas e dos processos de planeamento participativo. Reconhecimento do papel primordial da educação formal na preparação das novas gerações de peritos.</p>
<p>Desenvolvimento sustentável</p> <p>Alinhar-se com as obrigações internacionais, prioridades dos ODS (por exemplo, género, povos indígenas)?</p>	<p>Benefícios ambientais: melhoria da qualidade do solo, da biodiversidade e da resiliência da bacia hidrográfica e de outros serviços ecossistémicos, que, por sua vez, se traduzem numa melhoria dos meios de subsistência (por exemplo, os rios permitem a pesca e o consumo de água, a captação de água evita inundações).</p> <p>Benefícios sociais: florestas saudáveis e devidamente recuperadas servem de protecção contra a transmissão de doenças humanas. A inclusão e a recuperação dos conhecimentos locais e tradicionais no processo de tomada de decisões, bem como o reconhecimento da posehabitual da terra e dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais, podem contribuir para a preservação cultural.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Tabela 03. Critérios aplicáveis ao sector das alterações do uso do solo

Critério de Inversión	Impactos
<p>Desenvolvimento sustentável</p> <p>Alinhar-se com as obrigações internacionais, prioridades dos ODS (por exemplo, género, povos indígenas)?</p>	<p>Benefícios económicos: Esperam-se efeitos económicos positivos, como a criação de emprego e a redução da pobreza, especialmente para as populações indígenas; melhorias na capacidade de geração de rendimentos (por exemplo, desenvolvimento do mercado para produtos florestais não lenhosos); melhorias na segurança energética, no abastecimento de água, na segurança da posse da terra e no apoio às micro, pequenas e médias empresas para acederem a cadeias de valor sustentáveis. Impacto do desenvolvimento no género: Possibilidade de reduzir as desigualdades de género nos impactos das alterações climáticas ou na participação de grupos de na contribuição para os resultados esperados.</p>
<p>Necessidades dos beneficiários</p> <p>Como é que as acções minimizam a exposição e apoiam o desenvolvimento para responder aos riscos e impactes climáticos? Os sistemas de monitorização e avaliação estão bem estabelecidos?</p>	<p>Vulnerabilidade do país: Magnitude e intensidade da exposição das florestas e dos ecossistemas às alterações climáticas, incluindo a exposição a fenómenos de início lento; comparação com as tendências de desflorestação no cenário de manutenção do status quo. Número de pessoas e comunidades dependentes da floresta cujos meios de subsistência desaparecem ou sofrem perdas não económicas (património cultural, conhecimentos indígenas, identidade social/cultural) em resultado da desflorestação ou da degradação florestal devidas às alterações climáticas.</p> <p>Grupos vulneráveis e aspectos relacionados com o género: Vulnerabilidade comparativamente elevada dos grupos beneficiários, em especial das populações indígenas, indicada pelo grau de dependência dos recursos naturais e de florestas selecionadas que são altamente afectadas devido a pressões externas; baixo rendimento (tal como definido pela agência governamental competente); elevado nível de exposição dos principais meios de subsistência aos impactos das alterações climáticas; vulnerabilidade às ameaças e aos impactos da desflorestação e da degradação florestal devido à falta de protecção jurídica e à incerteza quanto à posse da terra; pertença a grupos identificados como particularmente vulneráveis nas estratégias nacionais em matéria de clima ou de desenvolvimento, com a devida desagregação por género. Nenhum ou muito pouco acesso a fontes alternativas de financiamento; falta de financiamento acessível.</p> <p>Nível de desenvolvimento económico e social do país e da população afetada.</p> <p>Necessidade de reforçar as instituições e a capacidade de execução.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund



Tabela 03. Critérios aplicáveis ao sector das alterações do uso do solo

Criterio de Inversión	Impactos
<p>Propriedade nacional</p> <p>Alinhamento com as políticas nacionais (especialmente as CDN, os programas nacionais, os planos nacionais de adaptação, etc.). Apoiado por uma variedade de partes interessadas</p>	<p>Conformidade com planos ou estratégias climáticos prioridades nacionais, incluindo as prioridades definidas na contribuições determinadas a nível nacional (CDN) ou planos nacionais de adaptação (PNA) relativos à proteção de zonas de elevado valor em termos de biodiversidade, florestas e biomas fundamentais; coerência com outras medidas nacionais e subnacionais que promovam a proteção, a recuperação e a gestão sustentável das florestas; implementação de novos mecanismos institucionais, de governação ou de coordenação necessários para cumprir os compromissos assumidos pelo país; a participação das partes interessadas, que implica a demonstração de que o projeto/programa foi desenvolvido em consulta com organizações da sociedade civil e outras partes interessadas, com especial atenção para a igualdade entre homens e mulheres; foi obtido o consentimento livre, prévio e informado das populações indígenas e das comunidades susceptíveis de serem afectadas pelo projeto florestal; e foram incluídos mecanismos para a participação contínua das partes interessadas.</p>
<p>Eficiência e eficácia financeira</p> <p>Fontes de cofinanciamento: Quais os pressupostos do modelo económico? Os incentivos financeiros estão alinhados com o projeto/ programa? Prevêem-se receitas suficientes para sustentar o investimento?</p>	<p>Relação custo-eficácia e eficiência nos aspectos financeiros e não financeiros. Adequação da concessionalidade: o projeto aponta para uma falha de mercado que justifica a necessidade de financiamento público, ou os resultados têm características de bens públicos? Que outra entidade está a financiar intervenções semelhantes nas mesmas áreas geográficas?</p> <p>A promoção da proteção, recuperação e gestão sustentável das florestas criará procura? Que valor terá para a gestão eficaz de um sistema de áreas naturais protegidas? Quais serão os custos financeiros?</p> <p>A atividade tem potencial para catalisar ou alavancar outros investimentos (cofinanciamento)? Existe viabilidade financeira a longo prazo (após a intervenção do GCF)? O projeto/programa aplica boas práticas industriais e um certo grau de inovação, incluindo as que são relevantes para as populações indígenas e as comunidades locais, bem como as melhores tecnologias de mercado?</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund



Uso do oleoduto

O oleoduto é uma ferramenta que liga e estima o impacto de ideias de projectos, projectos ou actividades com os critérios de avaliação utilizados por entidades ou agências que procuram financiar projectos climáticos.

Antes de iniciar a utilização, verificar se o projeto proposto apresenta as seguintes características:

- Satisfaz os critérios de investimento
- Em conformidade com os tipos de projectos no sector agrícola

Resultados consolidados

A conduta identificará os critérios e a sua importância de acordo com cada um dos sectores, incluindo o alinhamento com os critérios de investimento, o alinhamento com a política financeira, a ligação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e o nível de risco para o GCF. Esta pontuação será determinada numa escala de **zero (0) a cinco (5) pontos**.

Zero (0) significa que o projeto ou a atividade proposta:

- NÃO relevância para a atenuação e adaptação às alterações climáticas
- NÃO está vinculado aos ODS.
- NÃO está em conformidade com a política financeira
- Trata-se de um projeto considerado de risco para os financiadores

Cinco (5) significa que o projeto ou a atividade proposta:

- Relevância para a atenuação e adaptação às alterações climáticas
- Está vinculado aos ODS.
- Conformidade com a política financeira
- Sem risco para os financiadores

Os valores entre **um (1) e dois (2)** revelam pouca probabilidade de obtenção de financiamento.

Valores entre **quatro (4) e cinco (5)** indicam que a proposta tem uma elevada probabilidade de obter financiamento climático.

Cero	Pouca ou nenhuma probabilidade de obter financiamento climático
Uno	
Dos	Baixa probabilidade de obter financiamento climático
Tres	
Cuatro	Projeto de Ação Climática
Cinco	

Etapas a seguir para a implementação do oleoduto

Etapa 1:

Selecionar o sector

Deve seleccionar o sector em que a OLEODUTO será utilizada: acesso à energia, agricultura ou silvicultura e utilização dos solos.

SELECCIONE EL SECTOR

ACCESO A LA ENERGIA

BOSQUES Y USO DE SUELOS

AGRICULTURA

Etapa 2:

Nome e objetivo do projeto

Indicar o nome do projeto e o objeto ou problema que o projeto pretende resolver ou atenuar.

NOME DO PROJETO

Programa Marco Estratégico para desarrollar una agenda regional para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial (1ª fase BID).

OBJETIVO DO PROJETO

Contribuir a la Agenda Regional para la Protección de los Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial (PIACI), a través de la definición de políticas y acciones efectivas consensuadas entre gobiernos, pueblos, organizaciones indígenas y organizaciones no gubernamentales (ONG) con experiencia en el tema.

Etapa 03:

Caraterísticas do projeto

Indicar uma estimativa dos beneficiários diretos e indirectos, dos investimentos previstos e das reduções de emissões de gases com efeito de estufa, se for caso disso, bem como o período de execução e a vida útil do ativo.

As escalas de atenuação são definidas de acordo com as metodologias da Convenção- Tabela das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUMC)³, tal como indicado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) e são:

- **Micro-escala:**
Menor a 20.000 tCO₂eq/año
- **Pequena escala:**
Entre 20.001 y 60.000 tCO₂eq/año
- **Grande escala:**
Mayor a 60.000 tCO₂eq/año

BENEFICIÁRIOS DO PROJETO		
Localização do projeto	Município San Matias/Bolívia	
Beneficiários diretos	0 a 100 familias	
Beneficiários indirectos	> al 50.1% de la población del Municipio	
INVESTIMENTO E MITIGAÇÃO ESTIMADOS		
Investimento estimado	Euros	1 1,500,000
Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ /ano	5,000
Custo por tCO ₂ reduzido	Euros/tCO ₂	30
IMPLEMENTAÇÃO E VIDA ÚTIL		
Implementação	anos	1
Vida útil	anos	10

Etapa 4:

Crítérios de investimento



Clique no formulário automático “Correspondência de critérios de investimento” para visualizar o seguinte ecrã:

Temos seis (6) valores a atribuir em cada um dos critérios de investimento, cada um dos quais tem subcritérios. Estes critérios devem ser pontuados numa escala de 0 a 5, em que 0 não tem impacto, nem positivo nem negativo, e 5 tem um impacto muito elevado.

0	Sem impacto, SEM efeitos positivos ou negativos
1	Impacto muito reduzido ou mínimo
2	Impacto reduzido ou mínimo
3	Impacto médio o parcial
4	Impacto elevado ou relevante
5	Impacto muito elevado

Para cada subcritério da área designada, preencher o valor adequado (um número inteiro da série 0, 1, 2, 3, 4 ou 5); caso contrário, o OLEODUTO rejeitará o valor com uma mensagem de erro o espaço previsto para o efeito é realçado a amarelo e delimitado a vermelho, como mostra a imagem de exemplo.

³. Ver: <https://cdm.unfccc.int/>

Avaliação	Critério de número	Critérios de Investimento	Subcritérios (para avaliação, consulte a explicação dos critérios e indicadores neste guia)	Subcritérios de avaliação		Valor entre 0 a 5	0 Sem impacto, SEM efeitos positivos ou negativos	1 Impacto muito baixo ou mínimo	2 Impacto baixo ou mínimo	3 Impacto médio ou parcial	4 Impacto alto ou relevante	5 Impacto muito alto.
				0=nenhum impacto, 1=Muito baixo, 2=Baixo, 3=Médio, 4=Alto, 5=Muito alto								
1	Impacto potencial		Impacto da mitigação	50%	2	Busca-se a máxima mitigação ou redução de emissões Seu objetivo é apoiar a adaptação da população às mudanças climáticas, especialmente dos grupos vulneráveis.						
			Critérios de adaptação	50%	0							
2	Potencial de mudança de paradigma		Apoiada em instrumentos de política pública/Planejamento/Educação	20%	0	O projeto deve ter a capacidade de gerar mudanças em políticas públicas, regulamentações ou planejamento no país para maximizar a mitigação e a adaptação. O projeto deve ser capaz de atrair outros investidores e gerar interesse no mercado financeiro (bancos). O projeto tem o objetivo de apoiar o uso de novas tecnologias, formas modernas de fazer negócios, informações e conhecimento para apoiar o país.						
			Atração de investimentos privados/novos mercados/novos produtos financeiros	40%	3							
			Inovação/novas práticas	40%	5							
3	Potencial de desenvolvimento sustentável		Benefícios econômicos	15%	0	Seu objetivo é apoiar os ODS 1, 2, 7, 8 y 9 Seu objetivo é apoiar os ODS 11, 12, 13, 14, y 15 Seu objetivo é apoiar os ODS 3, 4, 5, 7, 10, 12, 16 y 17 Seu objetivo é apoiar os ODS 5						
			Benefícios ambientais	25%	0							
			Benefícios sociais	10%	5							
			Benefícios de gênero	30%	5							
4	Necessidades dos beneficiários		As atividades em andamento, o impacto e os resultados do projeto são mantidos a longo prazo.	20%	4	O objetivo é que, uma vez implementado, o projeto seja sustentável a longo prazo, replicável e preserve o conhecimento dos participantes. O objetivo é gerar oportunidades de educação, saúde, emprego e recursos econômicos para uma melhor qualidade de vida para grupos ou comunidades vulneráveis.						
			Alinhamento com as políticas nacionais (especialmente NDCs, Programas Nacionais, Planos Nacionales de Adaptación, etc.).	50%	5							
5	Envolvimento nacional		Disposição para financiar com fontes alternativas (bancos/setor privado)	50%	3	O projeto deve ser capaz de atrair outros investidores e gerar interesse no mercado financeiro (bancos). Espera-se que as partes interessadas relevantes, em especial as autoridades do setor, tenham aprovado e apoiado o projeto. Se busca que este considerado y sea una prioridad en los NDC, Programa País, Planes Nacionales de Adaptación Busca obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos e comunidades indígenas que possam ser afetados pelo projeto e inclui mecanismos para a participação constante das partes interessadas.						
			Participação das partes interessadas (capacidade de implementação)	10%	5							
			Alinhamento com as NDCs	30%	3							
6	Eficiência e eficácia financeira		Acordo/compromisso do governo, da sociedade civil, das partes interessadas e dos grupos vulneráveis	60%	4	O projeto pretende ter capacidade de alavancagem financeira Procura-se que haja interesse de outras entidades em financiar ou co-financiar o projecto. Que a implementação do projeto apoie outros setores e gere crescimento econômico na área de intervenção.						
			Potencial de alavancagem financeira	15%	0							
			Estratégia financeira do projeto (capacidade de cofinanciamento)	35%	3							
			Medidas transversais que favorecem sinergias entre setores	15%	0							



Uma vez concluído, clique no botão no canto superior esquerdo, denominado **“voltar”**, para regressar ao **LEIAME** e continuar a introduzir dados.

Etapa 5:

Vínculo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Adequação dos critérios de investimento

Vínculo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Coincidência com a política financeira

Nível de risco para o financiador

É crucial para os financiadores do clima que o projeto ou atividade esteja vinculado aos ODS, pelo que atribuiremos uma pontuação de zero (0) se não estiver vinculado e de um (1) se estiver vinculado a cada um dos 17 objectivos. Para que o projeto em consideração esteja vinculado a um ODS específico, deve cumprir a explicação ao lado de cada objetivo.

0	Não vinculado
1	Vinculado



Em caso de inserção de um valor diferente, a OLEODUTO emitirá uma mensagem de erro.

				Projeto 1	0	1	Económico	Ambientais	Sociais	Genero
				Programa Marco Estratégico para desarrollar una agenda regional para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial (1ª fase BID).	Não vinculado	Vinculado	1, 2, 7, 8 y 9	11, 12, 13, 14, 15,	3, 4, 6, 10, 16 y 17	5
	Prioridades de desenvolvimento sustentável	Adaptação	Mitigação							
1	Luta contra a pobreza	X		1	Procurar erradicar a pobreza em todas as suas formas continua a ser um dos principais desafios que a humanidade enfrenta. Isto exige que se concentre nos mais vulneráveis, aumentando o acesso a recursos e serviços básicos e apoiando as comunidades afetadas por conflitos e catástrofes relacionadas com o clima.					
2	Combate à fome	X		1	Procura acabar com todas as formas de fome e de nutrição, garantindo o acesso de todas as pessoas, especialmente das crianças, a alimentos suficientes e nutritivos durante todo o ano. Envolve a promoção de práticas agrícolas sustentáveis com pequenos agricultores e a igualdade de acesso à terra, à tecnologia e aos mercados. Exige garantir o investimento nas infra-estruturas e na tecnologia necessárias para melhorar a produtividade agrícola.					
3	Bem-estar para todos	X		1	Buscar cobertura universal de saúde. Tem em conta as crescentes desigualdades económicas e sociais, a rápida urbanização, as ameaças ao clima e ao ambiente, a luta continua contra o VIH e outras doenças infecciosas, e os novos problemas de saúde, como as doenças não transmissíveis.					
4	Educação de qualidade	X		1	Procura garantir que todas as raparigas e rapazes concluem o ensino primário e secundário gratuito até 2030. Visa também proporcionar igualdade de acesso à formação técnica a preços acessíveis e eliminar as disparidades de género e de rendimento, além de alcançar o acesso universal ao ensino superior de qualidade.					
5	Igualdade de género e oportunidades iguais	X		1	Procura garantir o acesso universal à saúde reprodutiva e sexual e conceder às mulheres direitos iguais no acesso aos recursos económicos, fontes de trabalho e o direito à propriedade de terras e outras propriedades. O empoderamento das mulheres e das raparigas tem um efeito multiplicador e ajuda a promover o crescimento económico e o desenvolvimento a nível mundial					
6	Acesso a água potável e saneamento básico	X		0	Procura garantir água potável segura e acessível. Portanto, é necessário fazer investimentos adequados em infra-estruturas, fornecer instalações sanitárias e incentivar práticas de higiene, serviços de saneamento geridos de forma segura (com excretas adequadamente eliminadas ou tratadas).					
7	Energia limpa e acessível	X	X	0	Busca investir para ampliar a infraestrutura e melhorar a tecnologia para ter energia limpa em todos os países em desenvolvimento, é um objetivo crucial que pode estimular o crescimento e ao mesmo tempo ajudar o meio ambiente, reduzindo assim a dependência de combustíveis fósseis					



Uma vez concluído, clique no botão no canto superior esquerdo, denominado “voltar”, para regressar ao **LEIAME** e continuar a introduzir dados.

Etapa 6:

Vínculo com a política financeira

Adequação dos critérios de investimento

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Coincidência com a política financeira

Nível de risco para o financiador

A política financeira dos financiadores do clima procura assegurar que os projectos ou actividades sejam rentáveis, tenham financiamento em condições favoráveis ou subsídios mínimos, que outros financiadores mostrem interesse ou façam parte do projeto e que sejam eco-eficientes.

Se possível, deve procurar-se uma combinação de financiadores, regimes de financiamento novos e criativos, parcerias múltiplas e sistemas eco-eficientes, minimizando os custos de investimento.

Os projectos climáticos podem não estar em conformidade com as políticas financeiras, podem não ser rentáveis e exigir subsídios significativos, mas sendo eco-eficientes e financiados, o objetivo é diversificar o risco de crédito.

Os valores a introduzir são números inteiros de zero (0) a cinco (5), caso contrário, o OLEODUTO emite uma mensagem de erro.

Calificaciones cumplimientos	
Não conforme	0
Conformidade muito baixo	1
Conformidade mínima	2
Conformidade média	3
Conformidade elevada	4
Conformidade total	5

CUMPLIMIENTO CON POLÍTICA FINANCIERA	Critério de peso	Projeto 1
Mudança de paradigma	25%	4.00
Contabilidade de subsídios (grant)		
Financiamento concessional mínimo	20%	0.00
Combinação de instrumentos de financiamento	25%	0.00
Não há deslocamento de outros financiamentos	15%	0.00
Rentabilidade	15%	0.00
Subcritério de avaliação Mudança de paradigma e contabilidade de concessões	50%	0.50
Ecoeficiência		
Redução/otimização do uso de recursos (consumo) (*)		
Otimiza o consumo de matéria-prima	0%	
Otimiza o consumo de água	0%	
Otimiza o consumo de energia	0%	
Otimização do espaço usado pelo projeto (solo)	50%	4
Possibilidades de reciclagem e gerenciamento de resíduos.	40%	4
Maximiza o uso de recursos renováveis e não renováveis	10%	1
Subcritério de avaliação Ecoeficiência	50%	1.85
AVALIAÇÃO FINAL CRITÉRIO DE POLÍTICA FINANCEIRA		2.35

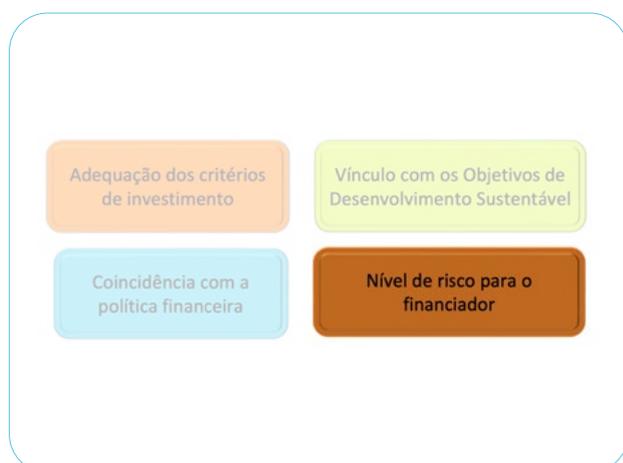
(*) Peso do critério = 0%, significa não aplicável.



Quando tivermos pontuado todos os critérios, clicamos no botão **“voltar”** no canto superior esquerdo e passamos aos riscos para o financiador.

Etapa 7:

Riscos operacionais para o financiador



Os financiadores do clima procuram conceder fundos de uma forma transparente e eficaz, pelo que é do seu interesse que o projeto não implique o seguinte para eles:

- **Risco reputacional:** Perceção adversa do projeto que põe em risco a sua reputação.
- **Risco de sanções:** Por acções ilegais relacionadas com o projeto, tais como embargos, branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, etc.
- **Riscos técnicos e operacionais:** Falha e falta de medição e monitorização das emissões reduzidas (ER) e/ou falta de capacidade para implementar e **operar o projeto**.

A afetação ou classificação dos riscos é apresentada na tabela seguinte:

Probabilidade de ocorrência	Alta	Média = 3	Média alta = 2	Alta = 1
	Media	Média baixa = 4	Média 3	Média alta = 2
	Baixa	Baixo/Nenhum = 5	Média baixa = 4	Média = 3
		Baixa	Média	Alta
Impacto no projeto				

Passamos à classificação ou pontuação dos riscos para o financiador com valores entre zero (0) e cinco (5).

Fatores de risco e medidas de mitigação		
	Critério de peso	Projeto 1
Reputacional		30%
Sanções	30%	5
Técnicas e operacionais		
Falhas e falta de monitoramento de ER	20%	5
Falta de capacidade de implementação	20%	5
AVALIAÇÃO FINAL CRITÉRIO DE RISCO		5.0

Quando todos os critérios tiverem sido pontuados, clique no botão **“voltar”** no canto superior esquerdo para verificar a avaliação final.

Etapa 8:

Avaliação preliminar

Para uma melhor análise da ideia de projeto, a avaliação preliminar deve ser revista, a fim de verificar em pormenor o cumprimento dos critérios de investimento, bem como a sua ligação e apoio à realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável.

Caraterísticas gerais da ideia de projeto: Esta informação permitir-nos-á estabelecer:

- Projeto Mitigação, adaptação ou ambos
- Número de beneficiários ou população beneficiária
- Investimentos, período de execução e duração

AVALIAÇÃO PRELIMINAR		
A ideia do projeto atende aos critérios de investimento e aos ODSs?		
Critérios		Resposta
Área de resultados do projeto		
Áreas de resultados del proyecto/programa.	Mitigação	Acesso à energia e geração de energia.
Impacto na adaptação		
Beneficiários directos		0 a 100 familias
Beneficiários indirectos		> al 50.1% de la población del Municipio
Aspectos financeiros		
Investimento necessário	Euros	1,500,000
Custo por tCO2 reduzido	Euros/tCO2	30
Cronograma estimado do projeto		
Implementação	anos	1
Tempo de vida	anos	10
Corresponder aos critérios e subcritérios de investimento climático		

Vínculo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Esta avaliação procura estabelecer a ligação ou relação da ideia de projeto com o maior número possível de ODS, o que facilitaria o desenvolvimento da nota concetual ou do documento inicial exigido pelos financiadores do clima.

Coincidência com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
O projeto está vinculado ou apóia a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas.	Luta contra a pobreza	Vinculado
	Combate à fome	Vinculado
	Bem-estar para todos	Vinculado
	Educação de qualidade	Vinculado
	Igualdade de gênero e oportunidades iguais	Vinculado
	Acesso a água potável e saneamento básico	NÃO vinculado
	Energia limpa e acessível	NÃO vinculado
	Trabalho decente e crescimento econômico	NÃO vinculado
	Indústria, inovação e	NÃO vinculado
	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Vinculado
	Cidades e comunidades sustentáveis	NÃO vinculado
	Produção e consumo	NÃO vinculado
	Ações climáticas	Vinculado
	Recursos marinhos	NÃO vinculado
	Vida dos ecossistemas terrestres	Vinculado
	Paz, justiça e instituições sólidas	Vinculado
Parceria para atingir os objetivos	NÃO vinculado	

Etapa 9:

Avaliação final

Na secção “Avaliação do projeto”, teremos uma pontuação entre 1 e 5. Uma pontuação elevada (superior a três) indica que o projeto tem grandes probabilidades de ser viável e de obter recursos rapidamente, enquanto uma pontuação baixa (inferior a três) indica o contrário.

AVALIAÇÃO DO PROJETO	% Importância	
Adequação dos critérios de investimento	30%	2.7
Coincidência com a política financeira	25%	2.4
Vinculação com os ODSs	30%	4.0
Nível de risco para o GCF	15%	5.0
Avaliação de cinco (5) pontos		3.4



Conclusões

A proteção, recuperação e gestão sustentável das florestas e outras terras é uma componente essencial do cumprimento das metas do Acordo de Paris e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Para conseguir uma mudança de paradigma, é necessário ultrapassar as barreiras em torno das capacidades, dos riscos e da transparência dos processos. Os princípios da ecoeficiência garantem a utilização óptima dos recursos, a minimização dos impactos negativos e a maximização dos benefícios económicos.

Evitar a desflorestação na Amazónia é essencial para mitigar as alterações climáticas, conservar a biodiversidade, garantir a segurança alimentar e promover o bem-estar das comunidades locais. Para tal, é necessária uma abordagem global que combine políticas eficazes, práticas sustentáveis e a participação de todas as partes interessadas.

As abordagens inovadoras, os conhecimentos locais e tradicionais e a ampla participação nos processos de tomada de decisão podem fazer a diferença na mudança de normas e valores, no aumento da legitimidade, na disponibilização de recursos adequados e na melhoria dos processos de planeamento, o que conduzirá à mudança de paradigma esperada.

O combate à desertificação para recuperar solos e terras degradados ajuda a manter e aumentar a segurança alimentar e a evitar a desflorestação.

Bibliografía

- CAF. (2016). Salvaguardas Sociales y Ambientales.
- CAF. (2017). Lineamientos sobre Ambiente y Cambio Climático de CAF Dirección Corporativa de Ambiente y Cambio Climático.
- Comisión Europea. (2013). Cambio climático y degradación de los suelos en América Latina: escenarios, políticas y respuestas. Programa EUROCLIMA, Dirección General de Desarrollo y Cooperación - EuropeAid, Comisión Europea. Bruselas, Bélgica.
- GCF. (2019). Policy on Prohibited Practices.
- GCF. (2002). Interim environmental and social safeguards of the Fund [Performance standards of the International Finance Corporation].
- GCF. (2021). Environmental and Social Policy.
- GCF. (2021). Revised Environmental and Social Policy.
- GCF. (2022). Guía sectorial sobre agricultura y seguridad alimentaria.
- GCF. (2022). Sectoral Guides' summaries.
- GIZ. (2017). Guía de financiamiento climático para las entidades federativas en México.
- GIZ. (2021). Acción climática y alternativas de financiamiento.
- Gobierno de España. (2022). Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico: Estrategia Nacional de Lucha Contra la Desertificación.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2014). Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2021). Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. Retrieved from <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>
- United Nations Framework Convention on Climate Change. (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change. Retrieved from [https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf](https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf)

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2011). Decision 1/CP.16 The Cancun Agreements: Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention. Retrieved from <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2015). Paris Agreement. Retrieved from [https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf)

United Nations Convention to Combat Desertification. (1994). United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa. Retrieved from <https://www.unccd.int/convention/text>

Anexo 1:

Instituições multilaterais de financiamento do clima

Organização	Programa/Hyperlink
Green Climate Fund (GCF)	Adaptação/Mitigação
Corporación Andina de Fomento (CAF)	Fundos verdes, fundo de adaptação, ação climática
European Investment Bank (EIB)	Climate Action
Inter-American Development Bank (IADB)	Programas múltiplos
International Bank for Reconstruction and Development (The World Bank)	<ul style="list-style-type: none">• Climate Change• Climate Investment Funds• Partnerships• Projects and Operations• Carbon Funds and Facilities
International Finance Corporation (IFC)	<ul style="list-style-type: none">• Clean Technologies• Sustainable Energy• Carbon Finance

Fonte: Green Climate Fund

Agências bilaterais de financiamento do clima

País	Programa/Hipervínculo
Austrália	<ul style="list-style-type: none"> • Australian Aid • Overview of Australia's assistance for climate change • Climate change and environment initiatives
Austria	Austrian Development Cooperation (ADC)
Bélgica	Belgian Development Cooperation (Foreign Affairs, Foreign Trade and Development Cooperation)
Brasil	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, the Brazilian Development Bank)
Canadá	Canadian International Development Agency (CIDA)
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> • Danish Development Agency (DANIDA) • Industrialization Fund for Developing Countries (IFU)
Comissão Europeia	<ul style="list-style-type: none"> • Climate Action • Global Climate Change Alliance
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs (climate change - global policy and cooperation)
França	<ul style="list-style-type: none"> • Agence française de développement (Afd) • Department for International Cooperation • Fond Française pour l'Environnement Mondial (FFEM)
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) • Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH • Kreditanstalt fuer Wiederaufbau (KfW) • Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety (BMU) • International Climate Initiative
Grécia	Ministry of Foreign Affairs
Irlanda	Department of Foreign Affairs and Trade (Irish Aid)
Itália	Ministry of Foreign Affairs

País	Programa/Hipervínculo
Japão	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs (MOFA) • Japan Bank for International Cooperation (JBIC) • Japan International Cooperation Agency (JICA)
Luxemburgo	Lux-Development
Países Baixos	Netherlands Development Cooperation
Países Baixos	New Zealand Aid Programme (NZAID)
Noruega	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs (ODIN) • Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD)
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs • Portuguese Cooperation Institute
Espanha	Ministerio de asuntos exteriores y de cooperación
Suécia	Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA)
Suíça	<ul style="list-style-type: none"> • Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC) • State Secretariat for Economic Affairs (SECO)
Reino Unido	Department for International Development (DFID)
Estados Unidos	United States Agency for International Development (USAID)

Fonte: Green Climate Fund



Módulo de
alteração da utilização dos solos



Guia do Setor e Oleoduto
“Alteração da utilização dos solos”



Elaborado por:  libélula